



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica, especialidade de Direitos Fundamentais

1. Nome da Unidade curricular:

Direitos Fundamentais

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Domingos Miguel Soares Farinho - 120 minutos por semana

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Tema: Direitos Fundamentais e Internet

Os Direitos Fundamentais têm, à semelhança de todos os demais ramos do Direito, sofrido a influência da Internet. O propósito deste seminário é estudar as inter-relações entre estas duas realidades, de modo a perceber que questões coloca a Internet ao Direito Constitucional e que respostas dogmáticas podem e devem ser dadas.

6. Conteúdos programáticos:

1. Estado e Internet: o nascimento da Jurisdição Digital do Estado-Nação aos Estados Digitais
2. Jurisdição dos Estados vs. Jurisdição sobre a Internet: a questão dos limites constitucionais da governance da Internet
3. Direito Fundamentais e Internet – a Constituição como garante dos cidadãos digitais:
 - (i) Direito Fundamental de acesso à Internet como direito fundamental
 - (ii) Princípio da igualdade e Internet: o caso da neutralidade no acesso à Internet
 - (iii) Direitos Fundamentais e Internet: o princípio da proporcionalidade e o problema da ponderação no ciberespaço
 - I. Liberdade de expressão
 - II. Direito à privacidade
 - III. Liberdades económicas
4. A regulação da Internet:
 - (i) Regulação da estrutura física;
 - (ii) Regulação do código
 - (iii) Regulação de conteúdos (a regulação de direitos fundamentais)
5. A inteligência artificial e o seu efeito sobre os direitos fundamentais – a aferição de impacto em direitos fundamentais

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Com os conteúdos previstos estudam-se e aprofundam-se os principais aspetos que concorrem para a relação entre Direitos Fundamentais e a Internet, bem como para a reflexão sobre os seus casos difíceis e inovadores.

8. Metodologias de ensino:

1. Análise, individual e conjunta, de diplomas legais e administrativos;
2. Comentário e discussão sobre jurisprudência
3. Estudo de casos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

4. Apresentações individuais dos alunos

9. Avaliação:

Realização de um relatório final sobre um tema incluído no ponto 6.

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

A metodologia apresentada permite, num primeiro momento a criação das bases de conhecimento para uma reflexão individual e em grupo, avançando depois para a produção de pensamento e trabalho próprio sobre Direitos Fundamentais e a Internet

11. Bibliografia principal:

Bibliografia elementar:

Monografias e periódicos:

Belli, Luca, De la Gouvernance à la Régulation de L'Internet, Boulogne-Billancourt, Berger-Levrault, 2016 (§1)

Benkler, Yochai, The Wealth of Networks - How Social Production Transforms Markets and Freedom, New Haven, Yale University Press, 2006

Callamard, Agnes, "Are courts re-inventing Internet regulation?", International Review of Law, Computers & Technology, 31, 3, pp. 323-339.

Citron, Danielle Keats, Hate Crimes in Cyberspace, Harvard University Press, 2014 (§6.1)

De Gregorio, Giovanni, and Radu, Roxana Radu and Roxana, "Digital constitutionalism in the new era of Internet governance", International Journal of Law and Information Technology, 2022, 30, 68-87

Eriksson, Johan/Giacomello, Giampiero, Who Controls the Internet? Beyond the Obstinacy or Obsolescence of the State in International Studies Review (2009) 11, p. 205-230 (§2)

Farinho, Domingos Soares, Delimitação do espectro regulatório de redes sociais in Nery, Nelson; Abboud, Georges; e Campos, Ricardo, "Fake News e Regulação", São Paulo, Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2ª edição, 2020.

Fontanelli, Filippo, The Court of Justice of the European Union and the illusion of balancing in internet-related disputes in Pollicino, Oreste/Romeo, Graziella, The Internet and Constitutional Law - The protection of fundamental rights and constitutional adjudication in Europe, London, Routledge, 2016 (§6)

Graber, Christoph B., Bottom-Up Constitutionalism: The Case of Net Neutrality, i-call working paper, no. 2017/01, Zurich, Switzerland: University of Zurich, forthcoming (2017) Transnational Legal Theory, (2017) 7 (04), pp. 524-552 (§5)

Helm, Rebecca; Nasu, Hitoshi, "Regulatory Responses to 'Fake News' and Freedom of Expression: Normative and Empirical Evaluation", Human Rights Law Review, 2021, 21, pp. 302-328.

Hoboken, Joris van and Fathaigh, Ronan, "Regulating Disinformation in Europe: Implications for Speech and Privacy", UC Irvine Journal of International, Transnational, and Comparative Law, 9, 2021, pp. 9-36.

Hobojen, Joris van; Quintais, João Pedro; Appelman, Naomi; Fahy, Ronan, Buri, Ilaria; e Straub, Marlene (ed.), "Putting the DSA into Practice - Enforcement, Access to Justice and Global Implications", Verfassungsbooks on Matters Constitutional, 2023, available at: https://www.ivir.nl/publicaties/download/vHoboken-et-al_Putting-the-DSA-into-Practice.pdf

Husovec, Martin, "Rising above liability: the Digital Services Act as a blueprint for the second generation of Global Internet Rules, in Berkeley Technology Law Journal, Vol. 38, 2023, pp. 101-137



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Lessig, Lawrence, Reading the Constitution in Cyberspace in Emory Law Journal, n. 3, 1996, p. 1-44 (§3)

Marsden, Chris; Meyer, Trisha and Brown, Ian, “Platform values and democratic elections: How can the law regulate digital disinformation?”, Computer Law & Security Review, 36, 2020, p. 1-18.

Pollicino, Oreste/Romeo, Graziella, The Internet and Constitutional Law - The protection of fundamental rights and constitutional adjudication in Europe, London, Routledge, 2016 (§6)

Pollicino, Oreste, “Right to Internet Access: Quid Iuris?”, in A. von Arnould, K. von der Decken, M. Susi (eds), “The Cambridge Handbook on New Human Rights. Recognition, Novelty, Rhetoric”, Cambridge University Press, 2020

Pollicino, Oreste and De Gregorio, Giovanni, “Constitutional Law in the Algorithmic Society”, in Micklitz et al. “Constitutional Challenges in the Algorithmic Society”, Cambridge University Press, 2022

Redeker, Denis, et al., Towards digital constitutionalism? Mapping attempts to craft an Internet Bill of Rights, the International Communication Gazette 2018, Vol. 80(4) 302-319 (§7)

Roques-Bonnet, Marie-Charlotte, La Constitution et l’Internet, Tese de doutoramento, 2008 (edição adaptada: Le droit peut-il ignorer la révolution numérique?, Paris, Michalon, 2010) (§4)

Suzor, Nicolas, Digital constitutionalism and the role of the rule of law in the governance of virtual communities, Doctor of Philosophy thesis, School of Law Queensland University of Technology, June 2010, available at: https://eprints.qut.edu.au/37636/1/Nicolas_Suzor_Thesis.pdf (§7)

Teubner, Gunther, Horizontal Effects of Constitutional Rights in the Internet: A Legal Case on the Digital Constitution in The Italian Law Journal, Vol. 03, No. 01, p. 193-205 (§6)

Tribe, Laurence, The Constitution in Cyberspace: Law and Liberty Beyond the Electronic Frontier, American Humanist Association, 1991 (§1)

Vicente, Dário Moura; Casimiro, Sofia de Vasconcelos; e Chen, Chen (ed.), “The Legal Challenges of the Fourth Industrial Revolution – The European Union’s Digital Strategy, Cham, Springer, 2023

Jurisprudência

Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

Ahmet Yildirim c. Turquia, no 3111/10, 18 de março de 2013 (§4)

Delfi AS c. Estónia [GC], no. 64569/09, 16 de junho 2015 (§6)

Satakunnan Markkinapörssi Oy e Satamedia Oy c. Finlândia, no. 931/13, 27 junho 2017 (§6)

Bundesverfassungsgericht (BVerfG)

BVerfG Order 11 April 2018

BVerfG Order of 27 August 2019

Conseil Constitutionnel français

2010-45 QPC du 6 octobre 2010, JO du 7 octobre 2010 (§4)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Supremo Tribunal Federal norte-americano

582 U. S. ____ (2017) *Packingham v. North Carolina* (§6)

587 U. S. ____ (2019) *MANHATTAN COMMUNITY ACCESS CORP. ET AL. v. HALLECK ET AL.* (§1)

Tribunal de Justiça da União Europeia

C-101/01 *Lindqvist* [2003] (§6)

C-131/12 *Google Spain* [2014] (§6) (right to be forgotten)

C-507/17 *Google* [2019] (right to be forgotten)

C-18/18 *Glawischnig-Piesczek* [2019] (conflict of rights, platform regulation)

C-807/18 *Telenor Magyarország Zrt. e Nemzeti Média- és Hírközlési Hatóság Elnöke* C-39/19 [2020] (net neutrality)

C-252/21 *Bundeskartellamt* [2023] (data protection, consent, platform regulation)

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular Unit Sheet

Course Masters in Law and Legal Science, field of Fundamental Rights

1. Curricular Unit Name:

Fundamental Rights

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual

Work hours: _____

Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Domingos Soares Farinho - 2 hours/week

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

N/A



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5. Learning outcomes of the curricular unit:

Subject matter: Fundamental Rights and the Internet

Fundamental Rights have been subjected, like all fields of law, to the influence of the Internet. The aim of the present seminar is to study the relationship between these two realities, in order to understand what challenges are presented to Constitutional Law and which answers can and should be given.

6. Syllabus:

1. State and Internet: the birth of Digital Jurisdiction from the Nation-State to Digital States
2. Jurisdiction of States vs. States Jurisdiction over the Internet: the question of the constitutional limits of Internet governance
4. Fundamental Rights and the Internet – the Constitution as a guarantor of digital citizens:
 - (i) Fundamental Right to access the Internet as a fundamental right
 - (ii) Principle of equality and the Internet: the case of neutrality in Internet access
 - (iii) Fundamental Rights and the Internet: the principle of proportionality and the problem of balancing in cyberspace
 - I. Freedom of expression
 - II. Right to privacy
 - III. Economic freedoms
5. Internet regulation:
 - (i) Regulation of the physical structure;
 - (ii) Code regulation
 - (iii) Content regulation (a regulation of fundamental rights)
6. Artificial intelligence and its effect on the Constitution (fundamental rights impact assessment)

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The foreseen syllabus allows for the study and strengthening of key aspects that make the body of knowledge on Fundamental Rights and the Internet and the questioning of its most hard and innovative cases.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

1. Analysis, both individually and in group, of legal and administrative statutes;
 2. Commentary and discussion on case law
 3. Case study
 4. Individual presentations by students
- Final report

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The presented methodology allows, from the start, for the creation of a basis of knowledge upon which to reflect, both individually and in group, on the subject of fundamental rights and the internet and moving to the production of own research and findings.

10: Evaluation:

Written report on a subject included under point 6.

11: Main Bibliography:

(maximum 1000 characters)

References:

Monographies and journals:

Belli, Luca, De la Gouvernance à la Régulation de L'Internet, Boulogne-Billancourt, Berger-Levrault, 2016 (§1)

Benkler, Yochai, The Wealth of Networks - How Social Production Transforms Markets and Freedom, New Haven, Yale University Press, 2006



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Callamard, Agnes, "Are courts re-inventing Internet regulation?", *International Review of Law, Computers & Technology*, 31, 3, pp. 323-339.

Citron, Danielle Keats, *Hate Crimes in Cyberspace*, Harvard University Press, 2014 (§6.1)

De Gregorio, Giovanni, and Radu, Roxana, "Digital constitutionalism in the new era of Internet governance", *International Journal of Law and Information Technology*, 2022, 30, 68-87

Eriksson, Johan/Giacomello, Giampiero, *Who Controls the Internet? Beyond the Obstinance or Obsolescence of the State in International Studies Review* (2009) 11, p. 205-230 (§2)

Farinho, Domingos Soares, *Delimitação do espectro regulatório de redes sociais* in Nery, Nelson; Abboud, Georges; e Campos, Ricardo, "Fake News e Regulação", São Paulo, Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, 2ª edição, 2020.

Fontanelli, Filippo, *The Court of Justice of the European Union and the illusion of balancing in internet-related disputes* in Pollicino, Oreste/Romeo, Graziella, *The Internet and Constitutional Law - The protection of fundamental rights and constitutional adjudication in Europe*, London, Routledge, 2016 (§6)

Graber, Christoph B., *Bottom-Up Constitutionalism: The Case of Net Neutrality*, i-call working paper, no. 2017/01, Zurich, Switzerland: University of Zurich, forthcoming (2017) *Transnational Legal Theory*, (2017) 7 (04), pp. 524-552 (§5)

Helm, Rebecca; Nasu, Hitoshi, "Regulatory Responses to 'Fake News' and Freedom of Expression: Normative and Empirical Evaluation", *Human Rights Law Review*, 2021, 21, pp. 302-328.

Hoboken, Joris van and Fathaigh, Ronan, "Regulating Disinformation in Europe: Implications for Speech and Privacy", *UC Irvine Journal of International, Transnational, and Comparative Law*, 9, 2021, pp. 9-36.

Hoboken, Joris van; Quintais, João Pedro; Appelman, Naomi; Fahy, Ronan, Buri, Ilaria; e Straub, Marlene (ed.), "Putting the DSA into Practice - Enforcement, Access to Justice and Global Implications", *Verfassungsbooks on Matters Constitutional*, 2023, available at: https://www.ivir.nl/publicaties/download/vHoboken-et-al_Putting-the-DSA-into-Practice.pdf

Husovec, Martin, "Rising above liability: the Digital Services Act as a blueprint for the second generation of Global Internet Rules", in *Berkeley Technology Law Journal*, Vol. 38, 2023, pp. 101-137

Lessig, Lawrence, *Reading the Constitution in Cyberspace* in *Emory Law Journal*, n. 3, 1996, p. 1-44 (§3)

Marsden, Chris; Meyer, Trisha and Brown, Ian, "Platform values and democratic elections: How can the law regulate digital disinformation?", *Computer Law & Security Review*, 36, 2020, p. 1-18.

Pollicino, Oreste/Romeo, Graziella, *The Internet and Constitutional Law - The protection of fundamental rights and constitutional adjudication in Europe*, London, Routledge, 2016 (§6)

Pollicino, Oreste, "Right to Internet Access: Quid Iuris?", in A. von Arnould, K. von der Decken, M. Susi (eds), "The Cambridge Handbook on New Human Rights. Recognition, Novelty, Rhetoric", Cambridge University Press, 2020

Pollicino, Oreste and De Gregorio, Giovanni, "Constitutional Law in the Algorithmic Society", in Micklitz et al. "Constitutional Challenges in the Algorithmic Society", Cambridge University Press, 2022

Redeker, Denis, et al., *Towards digital constitutionalism? Mapping attempts to craft an Internet Bill of Rights*, the *International Communication Gazette* 2018, Vol. 80(4) 302-319 (§7)

Roques-Bonnet, Marie-Charlotte, *La Constitution et l'Internet*, Tese de doutoramento, 2008 (edição adaptada: *Le droit peut-il ignorer la révolution numérique?*, Paris, Michalon, 2010) (§4)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Suzor, Nicolas, Digital constitutionalism and the role of the rule of law in the governance of virtual communities, Doctor of Philosophy thesis, School of Law Queensland University of Technology, June 2010, available at: https://eprints.qut.edu.au/37636/1/Nicolas_Suzor_Thesis.pdf (§7)

Teubner, Gunther, Horizontal Effects of Constitutional Rights in the Internet: A Legal Case on the Digital Constitution in The Italian Law Journal, Vol. 03, No. 01, p. 193-205 (§6)

Tribe, Laurence, The Constitution in Cyberspace: Law and Liberty Beyond the Electronic Frontier, American Humanist Association, 1991 (§1)

Vicente, Dário Moura; Casimiro, Sofia de Vasconcelos; e Chen, Chen (ed.), "The Legal Challenges of the Fourth Industrial Revolution – The European Union's Digital Strategy, Cham, Springer, 2023

Case-law

European Court of Human Rights

Ahmet Yildirim c. Turquia, no 3111/10, 18.03.2013 (§4)

Delfi AS c. Estónia [GC], no. 64569/09, 16.06.2015 (§6)

Satakunnan Markkinapörssi Oy e Satamedia Oy c. Finlândia, no. 931/13, 27.06.2017 (§6)

Bundesverfassungsgericht (BVerfG)

BVerfG Order 11 April 2018

BVerfG Order of 27 August 2019

Conseil Constitutionnel français

2010-45 QPC du 6 octobre 2010, JO du 7 octobre 2010 (§4)

Supremo Tribunal Federal norte-americano

582 U. S. ___ (2017) Packingham v. North Carolina (§6)

587 U. S. ___ (2019) MANHATTAN COMMUNITY ACCESS CORP. ET AL. v. HALLECK ET AL. (§1)

Tribunal de Justiça da União Europeia

C-101/01 Lindqvist [2003] (§6)

C-131/12 Google Spain [2014] (§6) (right to be forgotten)

C-507/17 Google [2019] (right to be forgotten)

C-18/18 Glawischnig-Piesczek [2019] (conflict of rights, platform regulation)

C-807/18 Telenor Magyarország Zrt. e Nemzeti Média- és Hírközlési Hatóság Elnöke C-39/19 [2020] (net neutrality)

C-252/21 Bundeskartellamt [2023] (data protection, consent, platform regulation)



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

12: Remarks:

(maximum 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.